



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PARANACITY | PARANÁ.

OBJETO:

AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO MEDIANTE RECARGA E DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO A AQUISIÇÃO DEFINITIVA DE FLUXÔMETROS PARA CILINDROS PARA O MUNICÍPIO, DESTINADOS À UBS 24H (URGÊNCIA E EMERGÊNCIA) E ÀS AMBULÂNCIAS DO MUNICÍPIO DE PARANACITY/PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 114.808,30 (CENTO E QUATORZE MIL OITOCENTOS E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia **29/06/2026** às **9h** (horário de Brasília)

Plataforma Eletrônica: LICITANET - <http://www.licitanet.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA:

ABERTO.

BENEFÍCIO ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM.

EMBASAMENTO LEGAL:

Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



SUMÁRIO

EDITAL

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 10	
6. DA FASE DE JULGAMENTO	15
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
8. DOS RECURSOS.....	20
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II).....	45
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	45
3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII).....	45
4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO	46
5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO	46
6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI).....	46
7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V).....	46
8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)	47
9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)	48
10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)	49
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV) 50	
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX).....	52
13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)	53
14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III).....	54
15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES	54
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO	54
17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)	54





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS. _____
DOCUMENTO

MINUTA DE EDITAL / PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

(Processo Administrativo nº 049/2026)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE PARANACITY-PR, com sede no endereço indicado no rodapé, representado por seu prefeito, em exercício, conforme autorização expedida no processo administrativo supracitado, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Decreto Municipal nº 002/2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

É Pregoeiro deste Município, Sr. **Alexandre Pereira Reis**, designado pela **Portaria nº 011/2025** de 16 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Paranacity.

JUSTIFICATIVA PLATAFORMA PRIVADA: Considerando que o setor de licitações deste Município conta com **apenas 02 (dois) servidores de fato lotados**. Considerando o volume de demandas de todas as secretarias municipais. Considerando que no COMPRASNET o cadastro de itens de um pregão pode durar várias horas, em razão do retrabalho, uma vez que o funcionário terá que cadastrar no sistema de gestão, e na sequência na plataforma COMPRASNET um a um. E que após a realização do pregão, o pregoeiro terá que digitar manualmente todos os dados do resultado no sistema de gestão um a um; vez que não há integração. Considerando que a LICITANET permite o cadastramento dinâmico de editais de pregões, com importação e exportação de dados. A fim de dar celeridade ao processo administrativo para aquisição, devido a quantidade razoável de itens, optou-se pela realização da sessão do pregão eletrônico na plataforma privada – LICITANET vez que a integração da plataforma LICITANET proporciona menor tempo dispendido em cadastro, garantindo maior eficiência e agilidade na realização do cadastro ou na operacionalização do pregão.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO MEDIANTE RECARGA E DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO A AQUISIÇÃO DEFINITIVA DE FLUXÔMETROS PARA CILINDROS PARA O MUNICÍPIO, DESTINADOS À UBS 24H (URGÊNCIA E EMERGÊNCIA) E ÀS AMBULÂNCIAS DO MUNICÍPIO DE PARANACITY/PR** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Sendo assim, não há o envio dos documentos de habilitação simultaneamente com a proposta. Os documentos



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS. _____
DOCUMENTO

de habilitação serão solicitados apenas do licitante vencedor pelo pregoeiro em momento adequado conforme itens: 7.1.1; 7.9; 7.11.1 e 7.12 e art. 63 da Lei 14.133/2021.

- 1.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sistema ou aqueles que o pregoeiro(a) solicitar, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 1.5. **Na presente licitação será dado tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional em consonância com o caput do art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. As empresas não cadastradas no **SISTEMA**, que tiverem interesse em participar do presente **PREGÃO**, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: www.licitanet.com.br.
 - 2.1.1. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal **LICITANET**, no ato da abertura do Pregão.
 - 2.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS. _____
DOCUMENTO

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. **Não poderão disputar esta licitação:**
- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, **responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo**, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, **responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;**
 - 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em **decorrência de sanção que lhe foi imposta;**
 - 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com **dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato**, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau;**
 - 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
 - 2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato **agente público do órgão ou entidade contratante**, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também **aplicado ao licitante que atue em substituição** a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no **apoio** das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 3.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.3.3.** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 3.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 3.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 3.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total do item;
 - 4.1.2. Marca;
 - 4.1.3. Descrição do objeto/serviço, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.





- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de acordo com o estabelecido em cada item no sistema.





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS. _____
DOCUMENTO

- 5.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS. _____
DOCUMENTO

- 5.13.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.13.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.14.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.14.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.14.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.14.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.14.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.14.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS. _____
DOCUMENTO

- 5.15.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.21.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.21.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS. _____
DOCUMENTO

- 5.21.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.22.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.22.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 5.22.2.2. empresas brasileiras;
 - 5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 5.23.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.23.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.23.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 5.23.4.** **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**
- 5.23.5.** ***É facultado ao pregoeiro*** prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).





- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. **Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.**
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 1.5 e 3.5 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e





6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 6.9. Se houver **indícios de inexecução** da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira**, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de





cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 7.3.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [10%] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo (a) Pregoeiro (a) ou por membro da equipe de apoio.
- 7.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.7.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.8.** **O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**
- 7.9.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.9.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.10.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS. _____
DOCUMENTO

- 7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[DUAS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.
- 7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.paranacity.pr.gov.br – **Menu Licitação ou Menu Transparência > Prefeitura > Licitações**.





9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 9.1.5.** fraudar a licitação
 - 9.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:





- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de





penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

- 9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 9.10.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS. _____
DOCUMENTO

- 10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitacao@paranacity.pr.gov.br
- 10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS. _____
DOCUMENTO

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.paranacity.pr.gov.br – **Menu Licitação.**

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato administrativo;

11.11.3. ANEXO III – Modelo Proposta Preço;

11.11.4. ANEXO IV – Modelo Declaração – UNIFICADA;

11.11.5. ANEXO V – Declaração Contendo Informações para fins de contrato;

11.11.6. ANEXO VI – Modelo Declaração – NÃO PARENTESCO.

Paranacity, 16 de junho de 2026.

José Claudio Batista
Prefeito Municipal



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “a” e “i”)

1.1. Do Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO MEDIANTE RECARGA E DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO A AQUISIÇÃO DEFINITIVA DE FLUXÔMETROS PARA CILINDROS PARA O MUNICÍPIO, DESTINADOS À UBS 24H (URGÊNCIA E EMERGÊNCIA) E ÀS AMBULÂNCIAS DO MUNICÍPIO DE PARANACITY/PR**, conforme condições, especificações técnicas e quantitativos estimados estabelecidos neste instrumento.

1.2. Do Quantitativo e Valor Estimado

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Recarga completa de oxigênio medicinal – cilindro com capacidade para 1m³	RECARGA	50	R\$ 139,44	R\$ 6.972,00
2	Recarga completa de oxigênio medicinal - cilindro com capacidade para 3m³	RECARGA	150	R\$ 181,61	R\$ 27.241,50
3	Recarga completa de oxigênio medicinal – cilindro com capacidade para 7m³	RECARGA	50	R\$ 237,32	R\$ 11.866,00
4	Recarga completa de oxigênio medicinal – cilindro com capacidade para 10m³	RECARGA	200	R\$ 289,23	R\$ 57.846,00
5	Regulador de pressão para oxigênio medicinal, com fluxômetro integrado, manômetro de alta pressão, compatível com cilindros padrão ABNT, destinado ao controle e administração de oxigênio medicinal – Unidade - CATMAT: 277187	UNIDADE	20	R\$ 544,14	R\$ 10.882,80
VALOR TOTAL					R\$ 114.808,30

O valor da contratação está estimado em **R\$ 114.808,30 (CENTO E QUATORZE MIL OITOCENTOS E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS)**.





1.3. Do prazo de vigência

1.3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento contínuo de insumo essencial à manutenção dos serviços públicos de saúde, destinado ao atendimento da Unidade Básica de Saúde com funcionamento ininterrupto (24 horas), em regime de urgência e emergência, bem como das ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3.2. A fixação de vigência plurianual justifica-se em razão:

- I. da **natureza contínua, essencial e indispensável** do objeto, consistente no fornecimento de oxigênio medicinal, diretamente relacionado à preservação da vida e à garantia da assistência à saúde;
- II. da **necessidade de assegurar regularidade, continuidade e segurança no abastecimento**, evitando desassistência e riscos à população usuária do sistema público de saúde;
- III. da **vantajosidade econômica da contratação em prazo ampliado**, com potencial redução de custos operacionais, logísticos e administrativos, bem como maior previsibilidade contratual;
- IV. da **padronização e estabilidade na prestação do fornecimento**, especialmente quanto à disponibilização de cilindros, reguladores de pressão com fluxômetro e logística de recarga;
- V. do atendimento ao princípio da **eficiência administrativa**, mediante redução da frequência de processos licitatórios para objeto de demanda permanente e previsível.

1.3.3. A manutenção da vigência contratual ficará condicionada à:

§1º – **comprovação, a cada exercício financeiro, da existência de dotação orçamentária suficiente** para o atendimento das despesas decorrentes do contrato;

§2º – **demonstração da vantajosidade da contratação**, mediante avaliação periódica pela Administração, podendo o contrato ser rescindido, sem ônus, caso se verifique a perda de economicidade ou interesse público;

§3º – observância das condições de execução pactuadas, especialmente quanto à qualidade, regularidade e segurança do fornecimento.

Parágrafo único. A Administração reserva-se o direito de promover a **rescisão contratual unilateral**, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, caso constatada a superveniência de fato que torne a contratação desvantajosa, inadequada ou incompatível com o interesse público, assegurados o contraditório e a ampla defesa.





2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

- 2.1.** A contratação para aquisição parcelada de oxigênio medicinal (gás comprimido), incluindo reguladores de pressão com fluxômetro para cilindros, destinados ao atendimento da Unidade Básica de Saúde com funcionamento 24 horas (urgência e emergência) e das ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde de Paranacity/PR, é essencial para assegurar o abastecimento regular e contínuo de insumo vital à manutenção da vida, indispensável à realização de atendimentos de urgência e emergência, estabilização de pacientes e suporte ventilatório. A ausência ou descontinuidade no fornecimento compromete diretamente a capacidade de resposta da rede municipal de saúde, podendo acarretar risco imediato à vida dos pacientes, conforme demonstrado no ETP/DFD, parte integrante deste Termo de Referência.
- 2.2.** A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se descrita em tópico específico do ETP/DFD, parte integrante deste Termo de Referência, considerando o histórico de consumo, a demanda assistencial contínua da Unidade de Saúde 24h e das ambulâncias, bem como a necessidade de utilização dos equipamentos (reguladores com fluxômetro) para administração segura do oxigênio medicinal.
- 2.3.** O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência. Ainda assim, a demanda encontra-se devidamente planejada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, por se tratar de necessidade contínua, recorrente e essencial ao funcionamento dos serviços de urgência e emergência e do atendimento pré-hospitalar realizado pelas ambulâncias, estando vinculada ao planejamento setorial da saúde e à programação de aquisições da Secretaria, devidamente justificada no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)

3.1. Dos Requisitos do Contrato

3.1.1. Requisitos Técnicos e Sanitários do Objeto

- Especificação do objeto: o oxigênio medicinal deverá atender integralmente às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, quanto à pureza, acondicionamento e características físico-químicas, sendo classificado como gás medicinal para uso terapêutico. Os reguladores de pressão com fluxômetro e manômetro deverão ser compatíveis com cilindros padrão, garantindo controle seguro e preciso da vazão.
- Conformidade sanitária: o oxigênio medicinal deverá atender às normas da vigilância sanitária aplicáveis aos gases medicinais, devendo possuir grau





de pureza mínimo de 99,0%, além de cumprir integralmente as exigências técnicas e sanitárias vigentes.

- c) Rastreabilidade e identificação: os cilindros deverão possuir identificação clara e legível quanto ao conteúdo, lote (quando aplicável), procedência e demais informações necessárias à rastreabilidade e controle.
- d) Condições dos cilindros: deverão estar em perfeitas condições de uso, dentro do prazo de validade dos testes hidrostáticos, devidamente lacrados e sem avarias, vazamentos ou irregularidades.
- e) Reguladores com fluxômetro e manômetro: deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso, devidamente calibrados, permitindo o controle da pressão e da vazão do oxigênio, garantindo segurança e eficiência na administração ao paciente.
- f) Vedação de desconformidades: não serão aceitos cilindros com vazamentos, danos estruturais, fora do prazo de teste, ou em desacordo com as normas técnicas, bem como reguladores defeituosos ou incompatíveis com os cilindros utilizados.

3.1.2. Requisitos de Habilitação Sanitária e Regularidade Técnica do Fornecedor

A empresa fornecedora deverá comprovar e manter, durante toda a vigência contratual:

- a) Licença Sanitária vigente e compatível com a atividade de produção, armazenamento ou distribuição de gases medicinais;
- b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), quando aplicável, emitida pela autoridade sanitária competente;
- c) Regularidade junto aos órgãos de vigilância sanitária;
- d) Autorização específica para manipulação, envase, armazenamento e/ou distribuição de gases medicinais;
- e) Atendimento às normas técnicas e de segurança aplicáveis ao transporte e fornecimento de gases comprimidos.

3.1.3. Requisitos Logísticos, de Transporte e de Entrega (Execução do Fornecimento)

- a) Fornecimento parcelado por demanda: o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante requisição da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a natureza contínua e essencial do insumo;
- b) Local de entrega: Unidade de Saúde 24h (urgência e emergência), situada na Rua Santo Antônio, nº 1.047, Centro, Paranacity/PR, e/ou demais locais indicados pela Administração, incluindo ambulâncias quando necessário;





- c) Transporte adequado: o transporte deverá atender às normas de segurança para gases comprimidos, garantindo integridade dos cilindros e evitando riscos durante o deslocamento;
- d) Responsabilidade logística: caberá à contratada o carregamento, transporte, descarregamento e substituição dos cilindros, responsabilizando-se integralmente até o recebimento definitivo;
- e) Substituição de cilindros: deverá ocorrer a troca de cilindros vazios por cheios de forma imediata ou conforme demanda, garantindo continuidade do abastecimento;
- f) Documentação de entrega: cada fornecimento deverá estar acompanhado de nota fiscal e identificação dos cilindros fornecidos;
- g) Substituição por inconformidade: constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá realizar a substituição imediata, sem ônus para a Administração;
- h) Comodato dos cilindros: os cilindros deverão ser disponibilizados em regime de comodato durante toda a vigência contratual, sendo vedada a cobrança separada por sua utilização, devendo seu custo estar incluído no valor do fornecimento do oxigênio medicinal.

Os requisitos da contratação encontram-se detalhados em tópico específico do ETP/DFD.

3.2. Da Amostragem

3.2.1. Não será exigida amostragem como regra, considerando tratar-se de insumo padronizado e regulamentado, podendo a Administração, se necessário, solicitar documentação técnica ou certificações que comprovem a qualidade do produto e dos equipamentos.

3.3. Da Indicação de Marca (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.3.1. Não há indicação de marcas para os itens que compõem o objeto.

3.4. Do Parcelamento

3.4.1. A contratação ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda, por se tratar de insumo de consumo contínuo, tecnicamente viável e economicamente vantajoso, nos termos do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

3.5. Da Subcontratação

3.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação.

3.5.2. Poderá ser admitida, excepcionalmente, a subcontratação de atividades acessórias ou instrumentais, tais como transporte e logística especializada, desde que não implique transferência da responsabilidade contratual,





permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do objeto perante a Administração.

4. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

A execução do objeto observará as condições e diretrizes abaixo, considerando que o fornecimento ocorrerá sob demanda, mediante requisições/ordens de fornecimento, com entregas parceladas, controle de qualidade e garantia de segurança no fornecimento de gases medicinais e equipamentos correlatos.

4.1. Do Local e Horário da Entrega

4.1.1. As entregas serão realizadas, preferencialmente, no horário das 07h00 às 18h00, ou em horário previamente alinhado com responsável pela UBS 24h., de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, em razão da natureza essencial do objeto, diretamente na Unidade de Saúde 24h (urgência e emergência), situada na Rua Santo Antônio, nº 1.047, Centro, Paranacity/PR, ou em outro local formalmente indicado em cada requisição, inclusive para atendimento às ambulâncias, quando necessário.

4.1.2. A entrega deverá ser realizada na quantidade especificada na requisição, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas corridas**, contadas do recebimento da Ordem de Fornecimento, ressalvadas situações emergenciais, nas quais poderá ser exigido prazo reduzido de 12 horas corridas.

4.1.3. O fornecedor deverá organizar o transporte, carga, descarga, substituição de cilindros e entrega sob sua responsabilidade e às suas expensas, observando rigorosamente as normas de segurança aplicáveis ao transporte de gases comprimidos.

4.1.4. Todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, bem como custos relacionados ao comodato de cilindros, correrão por conta exclusiva da contratada.

4.2. Do Fornecimento e Recebimento dos Bens

4.2.1. A execução terá início a partir da formalização do contrato, momento a partir do qual a contratada estará apta a atender às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

4.2.2. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante requisição formal contendo identificação dos itens, quantitativos, local de entrega e prazo.

4.2.3. A contratada deverá fornecer o oxigênio medicinal e os reguladores em estrita conformidade com as especificações técnicas, normas sanitárias e de segurança aplicáveis.





4.2.4. Os cilindros deverão ser entregues:

- a) Em perfeitas condições de uso;
- b) Dentro do prazo de teste hidrostático;
- c) Devidamente identificados;
- d) Sem vazamentos, avarias ou irregularidades.

4.2.5. Os reguladores de pressão com fluxômetro e manômetro deverão:

- a) Estar em perfeito estado de funcionamento;
- b) Ser compatíveis com os cilindros fornecidos;
- c) Permitir controle seguro e preciso da pressão e vazão.

4.2.6. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, fornecimentos em desacordo com este Termo de Referência, normas técnicas ou condições de segurança.

4.2.7. Constatada qualquer inconformidade, a contratada deverá promover a substituição imediata do cilindro ou equipamento, sem ônus para a Administração.

4.2.8. Na hipótese de recusa por irregularidade, defeito, vazamento, incompatibilidade ou falha operacional, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 12 (doze) horas corridas contadas do recebimento do aviso da irregularidade efetuado pela administração, considerando a urgência do serviço.

4.2.9. A contratada deverá manter canais de comunicação ativos e atualizados, comunicando imediatamente qualquer intercorrência que possa comprometer o fornecimento.

4.2.10. Os cilindros deverão ser disponibilizados em regime de comodato durante toda a vigência contratual, sendo vedada cobrança separada, devendo os custos estar incluídos no valor do fornecimento do oxigênio medicinal.

4.3. Das Obrigações da Contratada

4.3.1. Fornecer o objeto conforme solicitado, dentro dos prazos e condições estabelecidas;

4.3.2. Garantir a qualidade, segurança e conformidade do oxigênio medicinal e dos equipamentos fornecidos;

4.3.3. Manter todas as condições de habilitação durante a execução contratual;

4.3.4. Responsabilizar-se pelo transporte, armazenamento e integridade dos cilindros;

4.3.5. Substituir imediatamente cilindros ou reguladores com defeito, vazamento ou irregularidade;





- 4.3.6. Cumprir integralmente as normas sanitárias, técnicas e de segurança aplicáveis;
- 4.3.7. Não transferir a responsabilidade da execução do objeto a terceiros;
- 4.3.8. Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes de falhas no fornecimento.
- 4.3.9. A contratada deverá disponibilizar os cilindros necessários ao fornecimento de oxigênio medicinal em **regime de comodato**, durante toda a vigência contratual, garantindo sua adequada utilização, manutenção e substituição quando necessário.
- 4.3.10. O custo relativo ao fornecimento dos cilindros em comodato deverá estar **obrigatoriamente embutido no valor do fornecimento do oxigênio medicinal**, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, **cobrança adicional, taxa de locação, aluguel ou qualquer outra forma de remuneração separada** a esse título.

4.4. Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

- 4.4.1. Aplica-se ao objeto, no que couber, o disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo a contratada garantir a qualidade e segurança dos produtos fornecidos.
- 4.4.2. Para os reguladores de pressão com fluxômetro, a contratada deverá assegurar:
- a) Funcionamento adequado durante toda a vigência contratual;
 - b) Substituição imediata em caso de defeito;
 - c) Manutenção corretiva, quando aplicável, sem ônus para a Administração.

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

5.1. Das Disposições Gerais

- 5.1.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, da regulamentação municipal vigente e das normas aplicáveis à área da saúde, considerando tratar-se de fornecimento contínuo de insumo essencial à vida, destinado ao atendimento de urgência e emergência da Unidade Básica de Saúde com funcionamento ininterrupto (24 horas) e das ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranacity/PR.
- 5.1.2. A gestão e fiscalização do contrato abrangerão os aspectos técnicos e administrativos da execução do objeto, observando-se a segregação de funções entre Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Gestor do Contrato,





conforme regulamentação municipal, vedada a acumulação de funções, salvo hipóteses excepcionalmente justificadas.

5.1.3 Considera-se Fiscal de Contrato o servidor responsável por acompanhar e fiscalizar a execução contratual, especialmente quanto ao cumprimento dos prazos de entrega, quantitativos fornecidos, qualidade e conformidade do oxigênio medicinal, bem como das condições de fornecimento, funcionamento e integridade dos cilindros, fluxômetros e demais acessórios relacionados ao objeto contratado, podendo as funções técnica e administrativa serem acumuladas por um único agente, quando justificado.

5.1.3.1 Justifica-se a possibilidade de acumulação das funções de fiscal técnico e administrativo por um único servidor em razão da estrutura administrativa reduzida do Município, especialmente no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, bem como da natureza do objeto contratado, que consiste no fornecimento de oxigênio medicinal, cilindros, fluxômetros e demais acessórios correlatos, caracterizados como bens e serviços comuns, com especificações padronizadas, rotinas operacionais definidas e fiscalização de baixa complexidade técnica. Ademais, a fiscalização do contrato não demanda segregação obrigatória de funções, sendo plenamente viável que um único agente público, devidamente designado, realize o acompanhamento da execução contratual, tanto sob os aspectos técnicos quanto administrativos, sem prejuízo da eficiência, do controle e da adequada verificação do cumprimento das obrigações pactuadas. Ressalta-se, ainda, que tal medida observa os princípios da eficiência e da economicidade, otimizando os recursos humanos disponíveis, sem comprometer a qualidade da fiscalização, nos termos da legislação vigente.

5.1.4. Os fiscais e o gestor do contrato atuarão de forma preventiva, sistemática e contínua, registrando formalmente todas as ocorrências relevantes em instrumento próprio de controle, com vistas a assegurar o fornecimento regular, seguro e ininterrupto de oxigênio medicinal e equipamentos correlatos, dada sua essencialidade para a assistência à saúde.

5.2. Da Fiscalização Técnica

5.2.1. Compete ao Fiscal Técnico do Contrato acompanhar e fiscalizar a execução do objeto quanto aos seus aspectos técnicos, especialmente no que se refere:

- a) à qualidade e pureza do oxigênio medicinal fornecido, conforme normas sanitárias vigentes;
- b) à integridade, segurança e conformidade dos cilindros e reguladores de pressão com fluxômetro;
- c) ao cumprimento dos prazos de entrega e recarga;
- d) às condições adequadas de transporte, armazenamento e manuseio.





- 5.2.2.** O Fiscal Técnico deverá verificar se os produtos atendem às exigências da legislação sanitária aplicável, especialmente quanto ao registro, rastreabilidade e condições de segurança, podendo exigir documentação comprobatória sempre que necessário.
- 5.2.3.** O fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução, indicando eventuais falhas ou irregularidades e as medidas necessárias à sua correção.
- 5.2.4.** Identificada qualquer inexecução, irregularidade, desconformidade ou inexecução, o Fiscal Técnico deverá promover a notificação da contratada, indicando as correções necessárias e fixando prazo para regularização, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 5.2.5.** O Fiscal Técnico comunicará imediatamente ao Gestor do Contrato quaisquer situações que possam comprometer o abastecimento de oxigênio medicinal, considerando o risco direto à continuidade dos serviços de saúde.
- 5.2.6.** Fica designada a servidora **Regina Cabral de Lima, matrícula nº 209**, para exercer a função de Fiscal Técnico do Contrato.
- 5.3. Da Fiscalização Administrativa**
- 5.3.1.** Compete ao Fiscal Administrativo acompanhar a execução contratual quanto aos aspectos administrativos, especialmente:
- a) regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;
 - b) cumprimento das obrigações contratuais;
 - c) conferência de documentos para pagamento;
 - d) controle quantitativo das recargas e fornecimentos realizados.
- 5.3.2.** O Fiscal Administrativo deverá atuar preventivamente na identificação de inconsistências documentais ou contratuais, comunicando o Gestor do Contrato sempre que a situação ultrapassar sua competência.
- 5.3.3.** Eventuais irregularidades deverão ser registradas e formalmente comunicadas à contratada, com indicação de prazo para regularização.
- 5.3.4.** Fica designada a servidora **Regina Cabral de Lima, matrícula nº 209**, para exercer a função de Fiscal Administrativo do Contrato.
- 5.3.5.** A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer danos decorrentes da execução do contrato, especialmente aqueles relacionados à qualidade do oxigênio medicinal e à segurança dos equipamentos fornecidos.
- 5.4. Do Gestor do Contrato**





- 5.4.1. Compete ao Gestor do Contrato coordenar e supervisionar as atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como gerir a execução contratual sob o aspecto gerencial.
- 5.4.2. O Gestor acompanhará os registros dos fiscais, avaliando a execução do contrato, especialmente quanto à continuidade do abastecimento de oxigênio medicinal, adotando medidas imediatas em caso de risco de desabastecimento.
- 5.4.3. O Gestor deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, como condição para pagamento.
- 5.4.4. Caberá ao Gestor emitir relatório de avaliação do desempenho da contratada, considerando a regularidade, qualidade e segurança do fornecimento.
- 5.4.5. O Gestor adotará providências para instauração de processo administrativo sancionador, quando cabível, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 5.4.6. Ao final do contrato, o Gestor elaborará relatório conclusivo quanto à execução, resultados obtidos e eventuais recomendações para futuras contratações.
- 5.4.7. Fica designada a secretária municipal de saúde, Senhora **Taciana Mendes Muracami, matrícula nº 906**, para exercer a função de Gestora do Contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

6.1. Do Recebimento Provisório

- 6.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente pelo Fiscal Técnico do Contrato, no ato da entrega ou em até 2 (dois) corridos, mediante Termo de Recebimento Provisório, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico previstas neste Termo de Referência, no contrato e em seus anexos, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.1.2. Para fins de recebimento provisório, o Fiscal Técnico procederá à verificação do objeto entregue, especialmente quanto:
- a) à quantidade de recargas realizadas;
 - b) à integridade dos cilindros;
 - c) à conformidade dos reguladores de pressão com fluxômetro;
 - d) às condições de segurança no transporte e armazenamento;
 - e) à identificação e rastreabilidade do oxigênio medicinal fornecido, conforme normas sanitárias aplicáveis.
- 6.1.3. Tratando-se de insumo essencial à saúde, o recebimento provisório deverá assegurar que o oxigênio medicinal fornecido atende aos padrões de qualidade





e pureza exigidos pela legislação sanitária vigente, podendo ser exigida documentação comprobatória da conformidade.

- 6.1.4.** Constatada qualquer divergência, desconformidade, vício ou irregularidade, o recebimento provisório será rejeitado, no todo ou em parte, devendo a contratada proceder à substituição imediata do produto ou à correção da falha, sem prejuízo da continuidade do abastecimento, considerando o risco à assistência em saúde.
- 6.1.5.** O recebimento provisório será formalizado mediante termo circunstanciado, vedado o recebimento tácito, não implicando, em nenhuma hipótese, aceitação definitiva do objeto.
- 6.1.6.** O contratado fica obrigado a substituir, às suas expensas e de forma imediata, os cilindros, recargas ou reguladores que apresentarem defeitos, vazamentos, não conformidades ou qualquer condição que comprometa a segurança do uso.
- 6.1.7.** O recebimento provisório não afasta a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, segurança e adequação do oxigênio medicinal fornecido, especialmente por se tratar de produto diretamente relacionado à preservação da vida.

6.2. Do Recebimento Definitivo

- 6.2.1.** O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade total do objeto, pelo Gestor do Contrato ou comissão designada, desde que sanadas todas as pendências apontadas no recebimento provisório.
- 6.2.2.** O recebimento definitivo será formalizado mediante termo próprio, após a verificação:
- a) da regularidade das recargas realizadas;
 - b) da adequação dos equipamentos fornecidos;
 - c) da continuidade e regularidade do abastecimento;
 - d) da conformidade com as exigências técnicas e sanitárias.
- 6.2.3.** O prazo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento provisório, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica.
- 6.2.4.** O recebimento definitivo não implica, por si só, direito ao pagamento, o qual dependerá da regular liquidação da despesa e da documentação exigida.
- 6.2.5.** Em caso de divergência quanto à execução, será observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se o pagamento da parcela incontroversa.
- 6.2.6.** Não será formalizado recebimento definitivo enquanto houver pendências que possam comprometer a segurança, qualidade ou continuidade do fornecimento de oxigênio medicinal.





6.2.7. O recebimento não exclui a responsabilidade da contratada, especialmente quanto à qualidade do gás medicinal e à segurança dos equipamentos.

6.3. Da Liquidação da Despesa

6.3.1. A liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo e a verificação da conformidade da execução contratual, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogável mediante justificativa.

6.3.2. Para fins de liquidação, deverá ser verificado:

- a) o quantitativo de recargas efetivamente realizadas;
- b) a compatibilidade com a Nota Fiscal;
- c) a regularidade da execução contratual;
- d) a manutenção das condições de habilitação da contratada.

6.3.3. A Nota Fiscal deverá conter:

- a) identificação do contrato;
- b) descrição detalhada das recargas e equipamentos fornecidos;
- c) período de referência;
- d) valores devidos;
- e) eventuais retenções tributárias.

6.3.4. Caso haja erro ou inconsistência, a liquidação será suspensa até a regularização, sem ônus para a Administração.

6.3.5. A regularidade fiscal da contratada será verificada previamente ao pagamento, mediante consulta aos sistemas oficiais ou documentação equivalente.

6.4. Do Prazo e Forma de Pagamento

6.4.1. O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa e sua inclusão na ordem cronológica de pagamentos, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados da inserção na ordem cronológica.

6.4.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta de titularidade da contratada.

6.4.4. Serão aplicadas as retenções tributárias conforme legislação vigente.

6.4.5. A contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar sua condição para fins de não retenção dos tributos abrangidos.

6.4.6. Na ausência de comprovação, serão aplicadas as retenções legais cabíveis.





7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)

7.1. Do Procedimento/Modalidade e Critério de Julgamento

7.1.1. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, sem adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item, visando futura e eventual aquisição parcelada de recargas de oxigênio medicinal (gás comprimido), incluindo reguladores de pressão com fluxômetro para cilindros, destinados ao atendimento da Unidade Básica de Saúde com funcionamento 24 horas (urgência e emergência) e das ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranacity/PR.

7.1.2. Justifica-se pela natureza contínua, essencial e previsível da demanda, especialmente em razão do atendimento de urgência e emergência, que exige disponibilidade imediata e constante do insumo.

7.2. Requisitos de Habilitação

Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos abaixo, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

7.2.1. Habilitação Jurídica

O licitante deverá apresentar os documentos constitutivos compatíveis com sua natureza jurídica, devidamente registrados nos órgãos competentes, incluindo:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado;
- c) Documentos de eleição/posse de administradores, quando aplicável;
- d) Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), quando for o caso;
- e) Registro de filial, sucursal ou agência, quando pertinente.

7.2.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

O licitante deverá comprovar:

- a) Inscrição no CNPJ;
- b) Regularidade perante a Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- c) Regularidade com o FGTS;
- d) Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- e) Inscrição e regularidade junto à Fazenda Estadual e/ou Municipal;
- f) Inscrição no cadastro de contribuintes compatível com a atividade exercida.





7.2.3. Habilitação Econômico-Financeira

O licitante deverá apresentar:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos exercícios, na forma da lei;
- c) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um);
- d) Em caso de a empresa licitante apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.
- e) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- g) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- h) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.2.4. Habilitação Técnica e Sanitária

Considerando tratar-se de fornecimento de gás medicinal (oxigênio), diretamente relacionado à assistência à saúde, o licitante deverá comprovar:

7.2.4.1. Regularidade Sanitária

- a) Licença/Alvará Sanitário vigente, compatível com a atividade de gases medicinais;
- b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), quando aplicável, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

7.2.4.2. Capacidade Técnica

- a) Atestado(s) de capacidade técnica que comprovem fornecimento anterior de:





- i. gases medicinais; ou
- ii. produtos de complexidade equivalente;

7.2.4.3. Responsabilidade Técnica

- a) Indicação de responsável técnico habilitado (ex.: farmacêutico, engenheiro químico ou profissional compatível);
- b) Comprovação de vínculo com a empresa;
- c) Registro no conselho profissional competente, quando aplicável;

7.2.4.4. Condições Operacionais

- a) Declaração de que possui estrutura adequada para:
 - i. recarga de cilindros;
 - ii. transporte seguro de oxigênio medicinal;
 - iii. armazenamento conforme normas sanitárias;
- b) Declaração de garantia da qualidade e pureza do oxigênio medicinal fornecido;

7.2.4.5. Logística e Atendimento

- a) Declaração de que possui capacidade de atendimento contínuo e emergencial, considerando:
 - i. funcionamento 24 horas da unidade de saúde;
 - ii. atendimento às ambulâncias;
 - iii. necessidade de reposição imediata em casos críticos;

7.2.4.6. Conformidade Regulatória

- a) Declaração de cumprimento das Boas Práticas aplicáveis ao transporte, armazenamento e distribuição de gases medicinais;
- b) Declaração de conhecimento das condições locais e operacionais da execução do objeto.

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pelo atraso injustificado, falha na execução, descumprimento das obrigações contratuais, interrupção do fornecimento, fornecimento de produtos em desacordo com as





especificações técnicas ou descumprimento das normas sanitárias aplicáveis, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
 - b) multa moratória e/ou compensatória;
 - c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 8.3.** A aplicação das sanções observará a gravidade da infração, os danos causados à Administração, a continuidade dos serviços públicos de saúde e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, nos termos dos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.4.** A multa moratória poderá ser fixada em percentual incidente sobre o valor da obrigação inadimplida, observados os limites e critérios estabelecidos no edital e no contrato.
- 8.5.** A aplicação das penalidades não exclui a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

9. DO REAJUSTE

- 9.1.** Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 9.1.1.** O reajuste será concedido mediante solicitação da contratada e análise da Administração, observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.2. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 9.2.1.** Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2.2.** O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido em decorrência de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, que comprovadamente onerem excessivamente a execução contratual.
- 9.2.3.** A solicitação deverá ser formalmente apresentada pela contratada, acompanhada de documentação comprobatória da efetiva alteração dos custos da contratação, cabendo à Administração a análise e eventual deferimento.





10. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 10.1.** O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 10.2.** Constituem motivos para extinção contratual, dentre outros:
- a) o descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais;
 - b) o atraso injustificado no fornecimento;
 - c) a interrupção do abastecimento de oxigênio medicinal;
 - d) o fornecimento de produtos em desacordo com as especificações técnicas e sanitárias;
 - e) a perda das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
 - f) razões de interesse público devidamente justificadas;
 - g) caso fortuito ou força maior que inviabilize a execução contratual.
- 10.3.** A extinção do contrato poderá ocorrer:
- a) por ato unilateral e escrito da Administração;
 - b) consensualmente, por acordo entre as partes;
 - c) por decisão arbitral ou judicial, nos termos da legislação aplicável.
- 10.4.** Na hipótese de extinção contratual, poderão ser aplicadas as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de perdas e danos eventualmente causados à Administração.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)

- 11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, e a indicação das dotações orçamentárias e a verificação da disponibilidade de recursos são de atribuição exclusiva do responsável pela contabilidade do Município, nos termos da legislação vigente.
- 11.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
_____/2026 QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE PARANACITY E A
EMPRESA _____,
NOS TERMOS A SEGUIR:

MUNICÍPIO DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interna, inscrita no **CNPJ sob o nº 76.970.334/0001-50**, com sede à **Rua Pedro Paulo Venério, n.º 1022**, Centro, **CEP 87660-000** – Paço Municipal, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, o senhor **JOSÉ CLAUDIO BATISTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Paranacity, Estado do Paraná, à Rua Professora Zelina Alves, nº. 740, Bairro Centro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 918.844.557-4, inscrito no CPF sob n.º 095.453.449-20, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a)

_____, inscrito(a) no CNPJ/MF nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **049/2026** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico 032/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO:

A Fiscal de Contrato designada pela contratante é a servidora **Regina Cabral de Lima**, que será responsável pelo recebimento do objeto, conforme a **Portaria nº 61/2026**. A fiscalização de todas as fases da entrega será feita pelo contratante, por intermédio do agente público, designado fiscal do contrato, com autoridade para exercer em nome do CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar, de modo amplo e completo, a ação do fiscal.

É responsável pela gestão de contratos da Secretaria Municipal de Saúde a servidora **Taciana Mendes Muracami Lima**, conforme **Decreto nº 59/2026**.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO MEDIANTE RECARGA E DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO A AQUISIÇÃO DEFINITIVA DE FLUXÔMETROS PARA CILINDROS PARA O MUNICÍPIO, DESTINADOS À UBS 24H (URGÊNCIA E EMERGÊNCIA) E ÀS AMBULÂNCIAS DO MUNICÍPIO DE PARANACITY/PR** nas condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UN.	VALOR TOTAL

- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O **prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses** contados da data da assinatura na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- 3.1. O fornecimento deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, podendo ser exigido prazo de até 12 (doze) horas em situações emergenciais, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.
- 3.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. É vedada a subcontratação do objeto principal, admitindo-se excepcionalmente atividades acessórias ou instrumentais, como transporte e logística especializada.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em __/__/__ (dd/mm/aaaa).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e mediante solicitação da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.





8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
 - 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Paranacity/PR para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.2. A Administração terá o prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.3. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **10 (dez) dias**.
- 8.4. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem





como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando for o caso);
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#)).
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no fornecimento do objeto contratual.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.16. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*
- 9.17. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

- 10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
 - 1. *moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*
 - 2. *moratória de 0,9% (zero vírgula nove por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação.*





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

3. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- v. *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
- 11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

- 11.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 11.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

- 12.1.** *O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 12.2.** *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
- 12.2.1.** *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*





b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Paranacity/PR deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

OXIGÊNIO MEDICINAL – SAÚDE				
REDUZIDO	ÓRGÃO/FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
326	11.002.10.301.0007.2.029	Manutenção da atenção primária em saúde – material de consumo	3.3.90.30.	1494
326	11.002.10.301.0007.2.029	Manutenção da atenção primária em saúde – material de consumo	3.3.90.30.	000





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

326	11.002.10.301.0007.2.029	Manutenção da atenção primária em saúde – material de consumo	3.3.90.30.	494
326	11.002.10.301.0007.2.029	Manutenção da atenção primária em saúde – material de consumo	3.3.90.30.	2303
336	11.002.10.301.0007.2.029	Manutenção da UPA – material de consumo	3.3.90.30	303

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranacity/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
FLS. _____
DOCUMENTO

Paranacity-PR, xx de xxx de 2026.

José Claudio Batista
Prefeito Municipal

NOME DA EMRSA 1



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE PREÇO

EDITAL DE PREGÃO Nº 032/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 049/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO MEDIANTE RECARGA E DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO A AQUISIÇÃO DEFINITIVA DE FLUXÔMETROS PARA CILINDROS PARA O MUNICÍPIO, DESTINADOS À UBS 24H (URGÊNCIA E EMERGÊNCIA) E ÀS AMBULÂNCIAS DO MUNICÍPIO DE PARANACITY/PR

A empresa _____, estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por _____, cargo, RG _____, CPF _____, (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2026, conforme segue:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	XX	XX	XX	R\$	

Informar especificação dos materiais;

Informar unidade, quantidade e valor unitário;

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública da Pregão Eletrônico 032/2026.

DECLARAMOS que propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, ____ de _____ de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR

**ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO – UNIFICADA**

(papel timbrado da licitante)

EDITAL DE PREGÃO Nº 032/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 049/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO MEDIANTE RECARGA E DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO A AQUISIÇÃO DEFINITIVA DE FLUXÔMETROS PARA CILINDROS PARA O MUNICÍPIO, DESTINADOS À UBS 24H (URGÊNCIA E EMERGÊNCIA) E ÀS AMBULÂNCIAS DO MUNICÍPIO DE PARANACITY/PR

Ao pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Paranacity, Estado do Paraná

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

- 1) Declaramos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.





PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

- 3) Declaramos para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do art. 14 da Lei 14.133/2021.
- 4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador/procurador/diretor/etc.), responsável pela assinatura do contrato.
- 5) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: () _____

- 6) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
- 7) Nomeamos e constituímos o senhor(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob nº _____, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao Pregão Eletrônico nº 032/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

_____, ____ de _____ de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR



PARANACITY

PREFEITURA MUNICIPAL

LICITAÇÃO

FLS. _____

DOCUMENTO

ANEXO V – DECLARAÇÃO PARA FINS DO CONTRATO

EDITAL DE PREGÃO Nº 032/2026

PROCESSO COMPRAS nº 049/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO MEDIANTE RECARGA E DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO A AQUISIÇÃO DEFINITIVA DE FLUXÔMETROS PARA CILINDROS PARA O MUNICÍPIO, DESTINADOS À UBS 24H (URGÊNCIA E EMERGÊNCIA) E ÀS AMBULÂNCIAS DO MUNICÍPIO DE PARANACITY/PR.

1 – DA EMPRESA PROPONENTE		
Razão social:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	Estado:	CNPJ:
Conta Corrente nº:	Agência nº	Banco:
IE:	Fone:	e-mail:
2 – DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINAR CONTRATO:		
Nome:		
Função:	Atribuição:	
Data Nasc.:	Estado Civil:	
RG nº:	Emissor:	CPF/MF nº:
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	Estado:	
Fone:	Celular:	e-mail:

Declaro sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações acima prestadas.

_____, ____ de _____ de 2026.

Local e Data

Nome:
RG/CPF
Cargo:



(44) 3080-1501
(44) 3080-1500



prefeitura@paranacity.pr.gov.br
ouvidoria@paranacity.pr.gov.br



Rua Pedro Paulo Venério, nº 1022
87660-000 | Centro - Paranacity-PR

**ANEXO VI – MODELO DECLARAÇÃO – NÃO PARENTESCO****EDITAL DE PREGÃO Nº 032/2026****PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 049/2026****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO****TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.**

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO MEDIANTE RECARGA E DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO A AQUISIÇÃO DEFINITIVA DE FLUXÔMETROS PARA CILINDROS PARA O MUNICÍPIO, DESTINADOS À UBS 24H (URGÊNCIA E EMERGÊNCIA) E ÀS AMBULÂNCIAS DO MUNICÍPIO DE PARANACITY/PR.

_____, portador da Cédula de Identidade RG _____ ou CNPJ _____ e inscrito no CPF _____ DECLARA sob as penas da lei que não possui parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau ou adoção, de autoridades, servidores comissionados ou Vereadores da Prefeitura Municipal de Paranacity-PR, conforme Emenda ao Projeto de Lei nº 049/2021 da Lei Orgânica do Município.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

_____, ____ de _____ de 2026.

Local e Data

ASSINATURA DO PROPONENTE

